



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável

SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização  
Ambiental

Parecer nº 55/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021

**PROCESSO Nº 1370.01.0011021/2021-08**

**Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (RAS) nº 55/2021**

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 26061237

PA COPAM Nº: 497/2021

**SITUAÇÃO:** Sugestão Deferimento

<b>EMPREENDEDOR:</b>	Mineração Artud LTDA - ME	<b>CNPJ:</b>	04.738.602/0001-00
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Mineração Artud LTDA – ME - ANM 830.541/2005	<b>CNPJ:</b>	04.738.602/0001-00
<b>MUNICÍPIO(S):</b>	Pouso Alegre	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM):</b>	<b>LAT/Y:</b> 7.540.600	<b>LONG/X:</b> 412.500	

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Não há incidência de critério locacional

<b>CÓDIGO:</b>	<b>PARAMETRO:</b>	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
A-03-01-8	Produção bruta: 48.000 m³/ano	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil		
<b>CÓDIGO</b>	<b>PARAMETRO:</b>	<b>DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN</b>	3	n

		<b>COPAM 217/17):</b>		
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>			<b>REGISTRO:</b>	
AGRO-TEC Topografia, Meio Ambiente e Financiamentos LTDA – ME				
Evaldo Muniz Franco, Técnico em Agropecuária			CFTA nº 0317154664-7	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>			<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Natália Cristina Nogueira Silva Gestora Ambiental			1.365.414-0	
De acordo:  Renata Fabiane Alves Dutra  Diretora Regional de Regularização Ambiental			1.372.419-0	



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Cristina Nogueira Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 26/02/2021, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiane Alves Dutra, Diretor(a)**, em 26/02/2021, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26037343** e o código CRC **B37AC36D**.



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 55/2021**

A empresa Mineração Artud LTDA – ME formalizou em 27/01/2021, via Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 497/2021, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), visando obter autorização para extração de areia no Rio Sapucaí em área no interior da poligonal ANM nº 830.541/2005, na divisa dos municípios de Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e São Sebastião da Bela Vista/MG.

A atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” (código A-03-01-8) é considerada como médio potencial poluidor, e com uma produção bruta de 48.000m<sup>3</sup>/ano, é considerada de médio porte, enquadrando-se na **classe 3**. Não foi constatada a incidência de critério locacional, o que justifica a adoção do procedimento simplificado de licenciamento.

O empreendimento já foi regularizado no passado com Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF nº03754/2015, válida até 10/08/2019. Através de imagens de satélite obtidas pelo google Earth, foi possível verificar que houve extração no ano de 2014, mas desde 2016 as atividades encontram-se paralisadas.

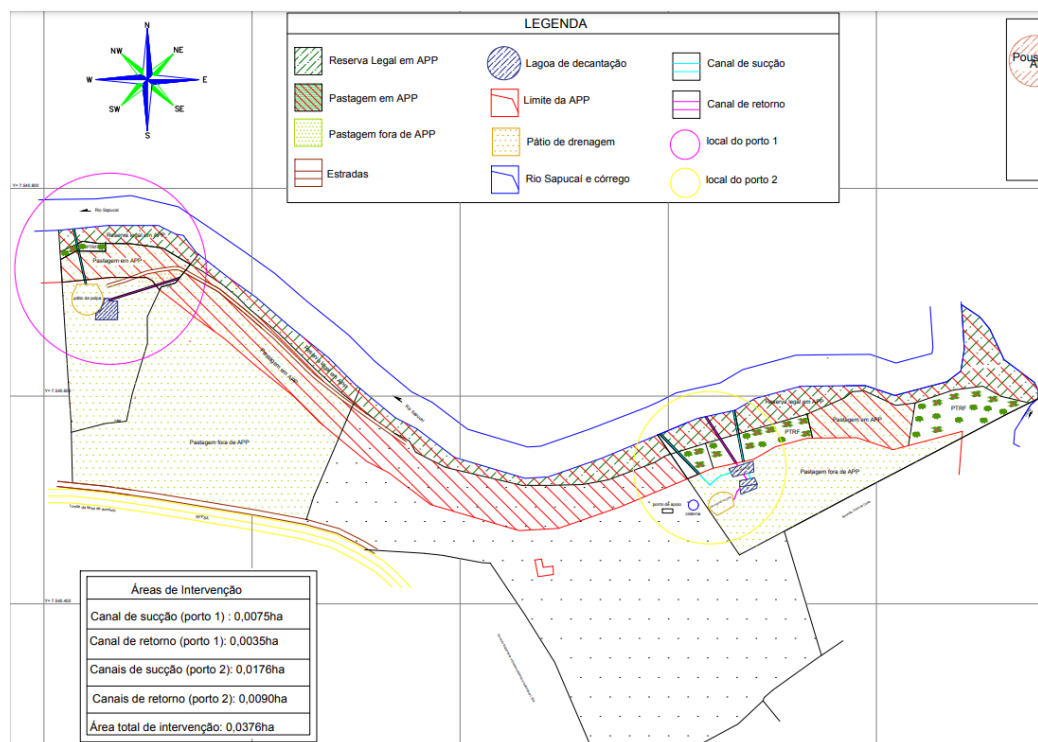
Constam como documentos anexos ao processo a autorização de intervenção ambiental emitidas pelo IEF, certificado de outorga de uso de recurso hídrico emitido pela ANA, recibo de inscrição do imóvel rural no CAR, certidão da JUCEMG de microempresa, declarações de conformidade emitida pela prefeitura de Pouso Alegre, CTF IBAMA, carta de anuência do proprietário, matrícula do imóvel e publicação de requerimento de licença.

O empreendimento irá operar em dois portos, há cerca de 700 metros entre eles, no interior da poligonal ANM nº 830.541/2005, no Sítio Ipiranga, às margens do Rio Sapucaí:

- O porto 1 está localizado na matrícula 63.991 de propriedade de Evaldo Muniz Franco e Antônio Rafael dos Santos, cuja propriedade encontra-se inscrita no SICAR sob registro nº MG-3152501-1750.3D38.6470.49AD.A1BD.3E2E.EBBE.0F57.
- O porto 2 está localizado na matrícula 74.827 de propriedade de CELINA DUTRA DA COSTA, devidamente inscrita no SICAR através do registro MG-3152501-E4C111DFC1274EE28D807ADE059C2416. Como Celina é falecida, o representante legal Alexandre Dutra da Costa apresentou carta de anuência para a Mineração.
- Interligando os portos, uma estrada considerada como área consolidada corta a matrícula 80.217, de propriedade do Espólio de Celina Dutra da Costa, registrada no SICAR através do Registro MG-3152501-EA4C.8BA3.2A07.4171.A3BB.75D4.9A73.9F68. Alexandre Dutra da Costa, inventariante do espólio de Celina, apresentou carta de anuência para a Mineração.



**Imagem 1:** Em vermelho, limite da poligonal ANM 830541/2005; em branco, limites do empreendimento. Em amarelo, limite das propriedades/matriculas que abrangem o empreendimento, conforme arquivos shp. extraídos do SICAR: 63.991, 80.217 e 74.827. Em verde, a Reserva Legal, conforme declaradas no CAR.



**Imagem 2:** Planta topográfica do empreendimento, ilustrando os portos, a Reserva Legal, a Área de Preservação Permanente, o Rio Sapucaí, o limite das propriedades e área de PTRF.



O empreendimento ocupa uma área de 0,2013ha e se instalará majoritariamente fora das áreas de APP, com a área administrativa, pátios de depósito de polpas e lagoas de decantação. Foi autorizado apenas a implantação em APP das tubulações de sucção e retorno, perfazendo um total de 0,0376ha.

Conforme Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental nº 0038689-D emitido pelo IEF em 13/08/2020, foi estabelecido como medida compensatória a recomposição de uma área de 00,04,56 ha, considerada área de preservação permanente, às margens do Rio Sapucaí, através do plantio de 51 mudas de espécies nativas da região, no espaçamento 3,0 x 3,0 m, coordenadas geográficas (UTM) X= 411.843m Y=7.540.743m (Datum SIRGAS 2000), conforme descrito no PTRF. Assim, figurará como condicionante do presente parecer a comprovação da implantação das medidas compensatórias.

A Outorga de direito de uso de recursos hídricos encontra-se devidamente regularizado junto à ANA através da Resolução nº 1033, de 28 de agosto de 2015, documento nº 00000.050860/2015-89, válida por 10 anos.

**Este parecer não autoriza nenhum tipo de intervenção ambiental, devendo estas estarem restritas àquelas autorizadas em seus respectivos DAIs.**

O processo de extração se caracterizará por meio de draga de sucção, instalada em plataforma flutuante (balsa), que promoverá a sucção da polpa do fundo do rio. Sobre a balsa será instalado conjunto moto-bomba movida a óleo diesel, acoplado a tubulações de recalque/bombeamento. A polpa sofrerá drenagem natural, diretamente no pátio, sendo que a água e as partículas finas serão carregadas até a bacia e caixa de decantação e cano de descarga, permitindo, assim, que a água retorne ao rio com menor concentração de partículas finas e sem ocorrer o desbarrancamento da linha da margem.

As manutenções das máquinas e equipamentos serão realizadas periodicamente em oficinas especializadas da cidade. Os pequenos serviços de manutenção como lubrificação e troca de óleo serão realizados no próprio local, em área específica para tal. A equipe da SUPRAM-SM determina que este local seja com piso impermeabilizado e coberto, dotado de caixa Separadora de água e Óleo ou caixa de contenção.

O depósito de areia deverá ficar a uma distância mínima de 50 metros da margem do rio, uma vez que a Área de Preservação do Rio Sapucaí neste trecho é de 50m. Para impedir a expansão da pilha de areia para além do limite da intervenção autorizada, o empreendimento propôs a construção de estrutura de madeira (paliçada) para contenção do depósito.

A fonte de água para uso humano, abastecimento do sanitário e demais necessidades no empreendimento se dará pela construção de uma cisterna com captação de água subterrânea. Essa cisterna foi projetada próxima às instalações do porto 2, e está localizada nas coordenadas X=412.424m Y= 7.540.495m. A autorização para o uso d'água descrito acima se confere através da certidão de uso insignificante de nº 0000241451/2021 (processo 0000005429/2021).

Os resíduos sólidos de natureza doméstica, como restos de alimentos e recipientes utilizados para alimentação dos funcionários, são recolhidos pela coleta municipal. Embalagens e estopas contaminadas com óleos e graxas deverão ser acondicionados em



tambores e sua correta destinação deverá ser comprovada através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos.

Os efluentes líquidos de origem sanitária serão tratados em fossa séptica, com lançamento em sumidouro.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), **sugere-se a concessão** da Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento **Mineração Artud LTDA - ME, ANM 830.541/2005**, para a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.”, código A-03-01-8, no município de **Pouso Alegre**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

## ANEXO I

### Condicionantes para LAS da Mineração Artud LTDA – ME - ANM 830.541/2005

Item	Descrição da Condicionante	Prazo <sup>[1]</sup>
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
02	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a instalação das medidas de controle ambiental propostas para ambos os portos: <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>sistema de decantação composto por canaletas ao redor do depósito, bacia e caixa de decantação;</u></li><li>• <u>instalação de estrutura de madeira (paliçada);</u></li><li>• <u>construção da área de manutenção das máquinas e equipamentos, dotado de piso impermeabilizado, cobertura e caixa SAO ou caixa de contenção;</u></li><li>• <u>fossa séptica e sumidouro</u></li><li>• <u>deposito temporário de resíduos</u></li></ul>	Antes da operação do empreendimento.
03	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a execução da compensação ambiental, conforme definido no termo de compromisso decorrente do DAIA 0038689-D.	Anual

<sup>[1]</sup> Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

## IMPORTANTE

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas, **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os relatórios de cumprimento das condicionantes.



Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da LAS da Mineração Artud LTDA – ME - ANM 830.541/2005

#### 1. Efluentes líquidos

Monitoramento	Parâmetros	Frequência
Saída dos sistemas de decantação (tricompartimentada)	Óleos e graxas minerais, sólidos sedimentáveis e sólidos em suspensão total.	Semestral

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram Sul de Minas, **até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme Deliberação Normativa nº. 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

#### 2. Resíduos Sólidos e Rejeitos

##### 2.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG



Apresentar, **semestralmente**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

## 2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(\*)1- Reutilização

1 – Reciclagem

2 - Aterro sanitário

3 - Aterro industrial

4 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 – Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

9 - Outras (especificar)

### Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.